COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.627, 2013 DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 5.627, DE 2013

Altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº 4

Acrescentem-se ao Projeto de Lei nº 5.627, de 2013, os seguintes arts. 7º, 8º e 9º, renumerando-se os demais:

“Art. 7º A receita patrimonial arrecadada em razão das atividades exercidas pela Secretaria do Patrimônio da União será aplicada em projetos e programas institucionais e de interesse social visando beneficiar diretamente as populações localizadas em áreas da União sob a jurisdição daquela Secretaria, ressalvado o disposto no art. 8º.

Parágrafo único. O Poder Executivo incluirá conta específica na proposta orçamentária da União, a partir do exercício de 2015, para viabilizar as disposições do caput deste artigo.

Art. 8º Fica instituído, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização e Atenção ao Cidadão - FUNDAFAC, destinado a assegurar recursos para o reaparelhamento e a capacitação de pessoal da Secretaria do Patrimônio da

6EC13D2912

6EC13D2912

União, melhorando suas condições de funcionamento e a qualidade dos serviços prestados à população.

Parágrafo único. Serão destinados ao FUNDAFAC 20% (vinte por cento) do total dos recursos arrecadados pela Secretaria do Patrimônio da União e por ela geridos em programa específico.

Art. 9º Fica instituído o Programa de Modernização da Administração Patrimonial Imobiliária da União – PROMAP, como subconta específica, destinado a atender aos objetivos do FUNDAFAC.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir a destinação de recursos para a gestão do patrimônio imobiliário da União.

As áreas atualmente sob a administração da Secretaria do Patrimônio da União são estratégicas por várias razões. Do ponto de vista social, porque devem ser utilizadas de modo a permitir o uso sustentável por populações tradicionais e, ainda, para ajudar a conter a ocupação em locais de risco. Sob o aspecto da segurança nacional, porque nelas estão presentes muitas instalações militares. Do ponto de vista econômico, porque nelas ocorre a circulação interna e externa de riquezas e, ainda, o desenvolvimento do grande potencial turístico nacional. Em relação a questões ambientais, porque consistem em áreas de constantes transformações e que são ecologicamente muito sensíveis.

As medidas ora propostas contribuirão para aprimorar a gestão dessas áreas a partir da melhoria das condições de funcionamento da Secretaria, especialmente pela maior capacitação de servidores. Permitirão também a aplicação de recursos em benefício direto das populações nelas localizadas, atendendo a uma demanda histórica dos cidadãos que anualmente devem pagar os foros, taxas e demais encargos exigidos pela legislação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputada ELCIONE BARBALHO

6EC13D2912

6EC13D2912